



A Ocupação Midiática Sem-Terra: Por um Conceito Político de Ruína Discursiva¹

Kleber Mendonça²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ
Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O artigo analisa a relação entre as estratégias de visibilidade midiática do MST e as coberturas jornalísticas daí decorrentes, partindo da hipótese de que os sem-terra são capazes de provocar a emergência da ocupação midiática, através da qual ganha destaque uma re-interpretação política dos acontecimentos. Os veículos jornalísticos, por sua vez, se vêem obrigados a controlar os sentidos hegemônicos, violentamente ameaçados. Assim, propõe-se o conceito de ruína discursiva para avaliar como um ator político pode pautar até mesmo uma cobertura jornalística que lhe é adversa. A suspeita é a de que o MST, ao ter sua visibilidade arruinada, promove, por sua vez, a ruína discursiva da objetividade jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo, Teoria e Pesquisa; Jornalismo e representações sociais; Jornalismo Político; MST; Ruína Discursiva.

1. Do monumento arruinado à ruína como instrumento de luta

Quem passa pelo local conhecido como Curva do S, na rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do estado do Pará, se depara com um conjunto de troncos de dezenove castanheiras queimadas e semi-destruídas, formando um mapa do Brasil às margens da rodovia. Trata-se de um monumento em memória aos dezenove sem-terra mortos no episódio que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Foi exatamente naquele ponto que, em 17/04/96, cerca de 1.500 famílias³ bloquearam a rodovia em protesto diante da lentidão no processo de desapropriação da Fazenda Macaxeira, considerada improdutiva e ocupada pelo MST desde novembro do ano anterior⁴.

A resposta da PM do Estado foi tentar expulsar os manifestantes usando armas e “bombas de efeito moral”. Os manifestantes reagiram, como de hábito, ameaçando os

¹ Trabalho apresentado no NP Jornalismo do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, Doutor em Comunicação (UFF), Professor Substituto do Departamento de Estudos Culturais da UFF e Professor Auxiliar da Universidade Estácio de Sá (UNESA), email: klebersm@hotmail.com .

³ A contabilidade é do MST. Os jornais da época davam conta de um número um pouco menor: 1.200 famílias (cerca de 3500 pessoas, segundo a Folha de São Paulo).

⁴ O site oficial do MST apresenta um dossiê completo sobre o Massacre e seus desdobramentos jurídicos no endereço: <http://www.mst.org.br/mst/especiais.php?ed=20> .



policiais com seus instrumentos de trabalho (foices e facões) e gritando palavras de ordem. A situação fugiu do controle quando o grupo de policiais se viu encurralado entre os integrantes do MST e um caminhão que fechava a rodovia. A resposta dos 200 PMs, aos paus e pedras lançados, foi disparar suas armas de fogo em direção à multidão. O saldo final do tumulto deixou 19 sem-terra mortos e quase 70 feridos. O episódio, considerado como o maior massacre de sem-terras da história, foi transmitido pela TV. Suas imagens correram o mundo, gerando indignação e revolta diante da resposta violenta da polícia. Mais de dez anos após o episódio, no entanto, nenhum dos responsáveis pelo massacre foi preso.

De acordo com os integrantes do MST, a escolha de castanheiras queimadas e mutiladas para o monumento partiu dos sobreviventes do massacre e dos familiares dos mortos, hoje moradores do assentamento *17 de abril*. De acordo com Emanuela Souza, que elaborou o monumento juntamente com o artista plástico Dan Baron, foram ouvidas “as viúvas e os mutilados e depois todos os Sem Terra, inclusive de vários acampamentos e assentamentos da região, que falaram um pouco da sua participação no dia do Massacre. Eles disseram que se sentiam como as castanheiras queimadas”(Cf. site MST).

Repousa de modo emblemático neste monumento depredado uma categoria estética usada há eras, ora como metáfora, ora como alegoria, ora como símbolo, para desempenhar as mais variadas representações, pelo homem - a *ruína*. O monumento das castanheiras arruinadas, no entanto, é mais do que um marco memorável de uma chacina, da ordem de um *lugar de memória* (NORA, 1993). A opção por simbolizar um massacre com árvores destruídas ganha sentido oposto ao de cristalizar-se no lugar do mutilado. Trata-se de uma estratégia de inverter a potência até então retratada naquele “marco de destruição”, criando, naquele mesmo ponto, as bases para a construção de algo vivo: a solidificação da luta sem-terra.

Dessa maneira, a hipótese proposta nesse artigo ultrapassa o debate acerca do “monumento” e abrange também o trabalho do jornalismo contemporâneo. Defende-se aqui a idéia de que reside, justamente, nessa ‘possibilidade produtiva’ da ruína o cerne da artimanha discursiva que é posta em prática, de modo consciente ou não, pelo MST, no que diz respeito à maneira como suas ações serão interpretadas pelos meios de comunicação hegemônicos.

Nesse sentido, cabe recorrer ao pensamento de Andreas Huyssen a respeito do caráter nostálgico das ruínas bem como a ‘mania’ contemporânea pelo resgate do



passado. O pesquisador alemão critica a obsessão atual pelo que chama de ‘ruínas artificiais’, diante da constatação de que as tecnologias de construção e de restauração não permitem nos dias de hoje a emergência de ‘ruínas autênticas’. Uma vez que “*the new is made to look old rather than the old made to look young*”(HUYSSSEN, 2006, p.10), a nostalgia contemporânea, materializada nos usos capitalistas da reconstrução de ruínas e no apagamento dos escombros, aponta para a característica essencial do totalitarismo de nossa época: a impossibilidade da emergência do novo.

Such ruins and their representation in pictures, books, films, and exhibits are a sign of the nostalgia for the monuments of an industrial architecture of a past age that was tied to a public culture of industrial labor and its political organization. We are nostalgic for the ruins of modernity because they still seem to hold a promise that was vanished from our own age: the promise of an alternative future (HUYSSSEN, 2006, p.10).

Em um mundo no qual nos é negado o direito a futuros-outros, poderíamos começar a interpretar a estratégia do MST como um gesto capaz de inverter essa ausência de possibilidades outras, na medida em que as castanheiras não representam a ‘saudade’ daquele 17/04, mas materializam as cicatrizes ‘sofridas’ e o desejo de que, no futuro, um acontecimento semelhante não seja possível. Assim, o uso criativo da ‘ruína artificial’ em sua estratégia política permite ao MST arruinar, inclusive, o uso capitalista contemporâneo da ruína como um ‘imobilizador’ objeto de consumo.

Para um melhor entendimento da natureza desta ação política *sui generis*, propõe-se aqui a elaboração do conceito de *ruína discursiva* como uma tentativa de dar conta do caráter complexo de uma estratégia cujos elementos são ambigualmente complementares. Para isso, será necessário estabelecer uma pergunta que resumiria a dificuldade política da luta sem-terra no solo midiático: como o MST é capaz de *inscrever-se*⁵ imprimindo visões outras acerca do mundo em uma página produzida por uma série de profissionais que não só detêm o total controle da produção dos conteúdos, como explícita e enfaticamente não compartilham de tais interpretações?

Uma das respostas possíveis aponta para o gesto de deixar marcas que possibilitem, como os troncos queimados de uma castanheira, codificações outras, construídas através de vestígios de falas e ações. Uma vez que o controle

⁵ O filósofo português José Gil, em ensaio a respeito da dificuldade da emancipação portuguesa diante da nova ordem europeia, define o impasse estrutural de sua pátria com a definição de que ela seria o “o país da não inscrição”. Com essa hipótese, estabelece uma reflexão em torno do que seria a maior dificuldade política contemporânea: a existência de acontecimentos que fogem, por razões políticas, históricas ou sociais, à capacidade de registro criativo no mundo. Para ele, o gesto de inscrever-se “implica ação, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para sua existência” (GIL, 2004, p.15). Assim, poderíamos atribuir, ao processo de construção do sujeito revolucionário sem-terra, um caráter que em muito se assemelha a esse conceito de inscrição.



contemporâneo da informação é eficiente, porque invisível, a maneira mais drástica de fazê-lo ruir será o gesto de construir, como monumento memorável, dessa vez da ordem das memórias clandestinas (POLLAK, 1989), evidências explícitas da própria ruína.

Em uma palestra acerca da dificuldade contemporânea de estabelecer a obra de arte como ato de revide diante da lógica ‘comunicativa’ totalitária da ‘sociedade de controle’, Deleuze articula o papel de controle desempenhado pelos meios de comunicação.

Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e ‘livremente’, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro. Suponhamos que a informação seja isso, o sistema controlado das palavras de ordem que têm curso numa dada sociedade (DELEUZE, 1999, p.5-5).

O filósofo propõe um conselho aos artistas que pode ser estendido ao movimento político aqui analisado: a obra de arte como ato de revide nada tem a comunicar. A tese de Deleuze é a de que em um mundo dominado pelo controle da informação a ruptura proporcionada pela obra de arte não deveria se constituir pelo estabelecimento de uma contra-informação, mas pela recusa de qualquer ‘comunicado’. O autor ilustra sua idéia a partir do exemplo representado pela contra-informação desenvolvida pelos judeus durante a segunda guerra a respeito dos campos de concentração nazistas.

Os judeus que chegavam da Alemanha e que foram os primeiros a nos contar sobre os campos de extermínio faziam a contra-informação. O que é preciso constatar é que a contra-informação nunca foi suficiente para fazer o que quer que fosse. Nenhuma contra-informação foi capaz de perturbar Hitler. Salvo num caso. Que caso? Isso é de vital importância. A única resposta seria que a contra-informação só se torna eficaz quando ela é - e ela o é por natureza - ou se torna um ato de resistência. E o ato de resistência não é nem informação nem contra-informação. (Idem, Ibidem)

Assim, o conceito de *ruína discursiva* aqui proposto tenta dar conta do gesto político presente na capacidade sem-terra de estabelecer sua inscrição no campo midiático que efetuará o controle das “informações” veiculadas não-legitimando as ações do MST. Dessa maneira, as falas, gestos e revides estabelecidos se materializam no texto hegemônico não como uma contra-informação, na medida em que as falas serão re-interpretadas, mas como um ato de revide cuja potência maior repousa em um lugar diverso ao do contra-discurso que os sem-terra tentam propagar em suas declarações: na ruína da ilusão de transparência que escondia o trabalho de controle do fluxo de informações.



Tal constatação nos afasta da interpretação ligeira que tenderia a atribuir ao uso da ruína como arma a pecha de mero suicídio político. Nos moldes do *Bartleby* de Melville, a decisão sem-terra de ‘não comunicar’ se transforma, também, na recusa da sentença de morte proferida pela *palavra de ordem*⁶ da notícia jornalística.

2. Da importância de deslocar o lugar da análise

Há, hoje, vasta bibliografia dedicada a entender os modos pelos quais a mídia hegemônica trata as ações do MST. Boa parte dela se dedica a denunciar os gestos de criminalização do movimento por parte da grande imprensa. Em que pese a importância de tais pesquisas, o que esse artigo pretende defender é o caráter ativo dos movimentos sociais nesse processo complexo.

Christa Berger já produzia um deslocamento de análise que contribui para a mudança de foco aqui pretendida ao perceber de que maneira essa relação é tanto conflitante e ambígua, quanto simbiótica:

O MST percebe a mediação da informação na sua interlocução com o poder político. E a mídia sabe que seu poder está na sua condição de mediação. Nesta interação (sinuosa, sutil, não dita) ambas se vinculam mediante um “jogo de usos”. O MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza. A ela cabe contar o presente e quanto mais “expedientes de real” tiver, maior será sua credibilidade (BERGER, 1998, p.11).

O reconhecimento da atividade política e da complementaridade dos atores em suas ações é fundamental para fugir da armadilha de analisar “criticamente” reportagens apontando vilões ou vítimas. O que o gesto analítico aqui proposto pretende evidenciar é uma dupla capacidade política ativa do MST: a de produzir acontecimentos que se converterão em cobertura midiática, bem como a de desencadear processos de ruptura de sentidos que forçarão os veículos de comunicação (e alguns outros setores da sociedade) a se mobilizar para reassentar esses sentidos até então tomados como naturais.

O gesto político da imprensa de devolver os sentidos para seu estado anterior (de naturalidade evidente) não é invisível: as marcas desse *trabalho* (no sentido marxista do termo) permanecerão, em forma de ruína, nos arquivos da cobertura. Defende-se, aqui, portanto, um duplo gesto de *ruína* como instrumento de revide: a

⁶ Refiro-me aqui à idéia defendida por Deleuze e Guattari (1997) de que a função da linguagem não seria informar, nem comunicar, mas a transmissão de “palavras de ordem”. Assim, um discurso não teria como objetivo se fazer crível, mas sim obedecer e fazer obedecer: nos moldes de uma “sentença de morte” proferida contra o destinatário dos enunciados.



‘destruição’ simbólica do discurso sobre si mesmo torna-se arma livre capaz de provocar a ruína do espaço de controle externo. Pensando em termos de produção de notícias, o que o conceito de *ruína discursiva* pretende dar conta é, justamente, da capacidade de uma fonte produzir ações que irão romper com os sentidos naturalizados.

A ‘violência’ provocada por este *acontecimento discursivo*⁷ irá forçar os veículos de comunicação a porem em prática, agora de modo explícito, o que vinha sendo dissimulado por rotinas de produção e rituais de objetividade: seus gestos de direcionamento de sentidos. Na medida em que a credibilidade jornalística repousa na capacidade de dissimular seus gestos de produção de ‘verdades’ em um ‘ritual estratégico de objetividade’⁸, o escombro memorável das ações do MST serve, também, para evidenciar a *ruína discursiva* do mito de objetividade jornalística.

3. A ruína como estratégia política

Não cabe a este artigo listar evidências da consciência explícita, por parte dos integrantes do MST, da estratégia de ruínas. O que se pretende é entender, a partir, inclusive, da constatação empírica, aspectos latentes de potências criativas de luta, por parte de atores políticos específicos, em uma realidade na qual as vozes, as memórias, os sentidos e os silêncios são administrados por um grupo profissional cujos interesses, rotinas e visões de mundo, lhes são contrários. Assim, o que nos cabe aqui é demonstrar como tal gesto político pode ser tão possível - já que seus elementos são postos em prática constantemente -, quanto eficiente.

3.1 A Marcha “sem propostas”

Um exemplo de como, em certa medida, essa capacidade pode ser planejada fica patente na maneira como João Pedro Stedile lembra da Marcha Nacional a Brasília, realizada em 1997. Para o líder sem-terra, o objetivo do protesto

era falar com o povo. Não temos a *Rede Globo* nem a *Folha de São Paulo* nas mãos. Temos, porém, gente, criatividade e vontade. Então fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade. Não tínhamos que nos meter em audiência com o presidente. Não era esse o objetivo. Também não tínhamos a preocupação de apresentar uma pauta de reivindicações ao governo. Pelo contrário, avaliamos que a apresentação de uma pauta de

⁷ No sentido atribuído por Foucault (1996), como aquele acontecimento que abre, na forma de uma ruptura total, para uma nova discursividade afetando a história e as relações de poder.

⁸ Conceito proposto por Gaye Tuchman (1993), que, em linhas gerais, defende em que medida a objetividade jornalística seria um ritual (cujas ações teriam apenas valor simbólico e não concreto) estratégico (porque não aleatório) de defesa (diante da crítica e da descrença do leitor) por parte do jornalista.

reivindicações diminuiria o significado daquela ação política (STEDILE, 1999, p. 152).

Diante do sucesso da manifestação, o então presidente recebeu os sem-terra, que apresentaram um documento crítico à política neoliberal implementada pelo governo naquele momento. A resposta da imprensa e dos setores contrários ao MST foi taxar a longa marcha de um fracasso político. Um dos maiores críticos do movimento foi o sociólogo José de Souza Martins, para quem o principal motivo da “derrota” seria “o fato de o MST não ter propostas para discutir com o governo e não ter aceitado o convite para participar de uma comissão de estudos sobre a reforma agrária” (Idem, p. 154). A constatação consciente de que não havia espaço para diálogo é interpretada pelos críticos como incapacidade e falta de vontade política de debater o problema.

Nas palavras de Stedile, fica clara a intenção de não sentar à mesa de negociações com FHC, uma vez que a briga naquele momento era outra: a de estabelecer um vínculo simbólico com a sociedade. Daí a “vitória” do episódio, do ponto de vista sem-terra: com a ampliação do número de integrantes da marcha, com o crescente destaque nos jornais e com a participação ativa de outros setores políticos da sociedade, o presidente se viu obrigado a mudar sua estratégia, diante do amplo grau de visibilidade pública que o episódio atingiu.

A “ruína voluntária” do MST, representada pela crítica “oferecida gratuitamente” à oposição ao se negarem a negociar, foi um instrumento para promover a ruína da estratégia tucana de “isolar o movimento” da sociedade. É por esta razão que Stedile define a Marcha como “uma contra-tática para enfrentarmos a tática do governo, que era a de nos colocar no isolamento” (Idem, Ibidem, p. 151).

A vitória do movimento abarca também a mesma imprensa que o MST ‘não teria nas mãos’, já que, embora duramente criticado, o movimento foi capaz de realizar uma verdadeira *ocupação midiática* durante quase dois meses:

os editoriais de direita ficaram vociferando nos jornais que foi um desrespeito termos ido de bonés e camisetas na audiência com um presidente da República. Eles não perceberam que era uma audiência da sociedade com o presidente. Quem concedeu não foi o presidente, foi a sociedade (Idem, Ibidem, p. 153).

Essa interpretação-outra ilustra a inversão da tática de ruína promovida pelo MST, provando que, em certa medida, entregar-se facilmente à crítica política adversária pode ser um instrumento eficiente de vencer aquela contenda.

3.2 Da ‘jornada de lutas’ ao ‘abril vermelho’

Outro exemplo empírico da “estratégia de ruínas” pode ser percebido durante a cobertura da *Folha de São Paulo* a respeito do protesto que ficou conhecido, desde 2004, como *abril vermelho*. Tal escolha não é aleatória na medida em que permite, também, evidenciarmos de que forma a complexa política de ocupação sem-terra efetiva seu intento de promover a passagem da ocupação do campo físico dos embates sociais para o campo simbólico das negociações de sentido (o que permite entender o câmbio da ruína como monumento para a ruína como instrumento político).

Mesmo uma análise quantitativa é capaz de dar a dimensão da eficiência, do ponto de vista da *ocupação midiática*, do episódio. A contagem simples de reportagens, recolhidas durante pesquisa de gabinete, mostra que no primeiro semestre de 2004 foram publicadas pela *Folha de São Paulo* 206 matérias que citavam o MST. A *tabela 1* evidencia a distribuição mensal de reportagens no primeiro semestre de 2004, independentemente da seção a que fora subordinada.

TABELA 1
Reportagens/2004

<i>Mês/Ano</i>	<i>Reportagens</i>	<i>Percentual</i>
Janeiro/04	17	(8%)
Fevereiro/04	15	(7%)
Março/04	27	(13%)
<i>Abril/04</i>	<i>91</i>	<i>(45%)</i>
Mai/04	30	(14%)
Junho/04	26	(13%)
Semestre 1/04	206	(100%)

FONTE – Folha de São Paulo, jan-jul 2004.

Percebe-se claramente como o mês de abril contou com quase metade das publicações totais a respeito do MST no semestre. Nota-se ainda um número alto em março e em maio (em relação ao início do ano), que também pode ser atribuído à repercussão do caso (seja pelo fato do mesmo ter iniciado ainda em final de março, ou pelo ‘balanço final’, em maio a respeito do total de 109 ocupações).

É evidente que tal levantamento não revela o embate discursivo posto em funcionamento a partir da publicização do acontecimento-ocupação. A simples contagem, por exemplo, não evidencia que o gesto de obter visibilidade não garante seu controle. É o que se pode concluir ao analisarmos de que forma o termo adotado pelo MST para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás (‘jornada de luta’) é midiaticamente metamorfoseado em ‘abril vermelho’.



Os primeiros indícios da referida mobilização sem-terra começam a aparecer, nos jornais, ainda em 24/03/04. Trata-se de uma nota breve a respeito de um protesto e uma ocupação. Segundo o jornal,

integrantes do MST protestam em frente à Prefeitura de Mangaratiba (RJ), ontem, portando cartazes com foto do dia em que Lula vestiu o boné do movimento. No sábado, houve a invasão na cidade da fazenda Justina, onde 300 famílias estão acampadas. A invasão deu início às ações que o MST deve fazer nas próximas semanas para mostrar insatisfação com o programa de reforma agrária (FSP, 24/03/04).

Já em 27/03 o jornal traz a notícia do anúncio oficial, por parte do MST, de suas ações. Nesse momento, o veículo ainda interpreta as ações nomeando-as de acordo com o nome proposto pelo movimento, inclusive no sub-título e na abertura da reportagem.

O MST dá início neste fim de semana a uma onda de invasões pelo Brasil batizada de 'jornada de luta'. A ação se estenderá até 17 de abril, quando o movimento lembrará os 19 sem-terra mortos em confronto com a PM em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, em 1996 (Idem, Ibidem).

A tônica da interpretação do acontecimento permanece a mesma nos dias que se seguem. O destaque dado às ocupações é grande e a contabilidade promovida pelo jornal vai, gradativamente, unificando, no campo simbólico, as ações executadas pelo MST em diferentes Estados: “O MST invadiu ontem mais cinco fazendas, subindo para dez o número de invasões no país desde sábado, quando começou a chamada ‘jornada de luta’ (Idem). O objetivo é lembrar os 19 sem-terra mortos (...) em Eldorado do Carajás” (FSP, 29/03/04). Ao longo da semana seguinte, é constante a publicação de matérias cujo teor se apresente bastante semelhante ao da citação acima. Um exemplo é a nota abaixo:

o MST invadiu ontem quatro fazendas, dando continuidade à "jornada de luta" iniciada em março (...). Já são 29 as propriedades rurais invadidas desde 27 de março. (...) São 14 invasões em PE, cinco em SP, duas no RJ, duas em MS, uma no ES, uma no PR, uma em MG, uma no RS e duas na BA (FSP, 03/04/04).

O enfoque da cobertura das ações sucessivas será mantido ao longo do mês: o jornal realiza um balanço das novas “invasões”, atualiza os números nacionais, como no último parágrafo da citação acima, apresenta as falas dos coordenadores do movimento e dos setores críticos à ação. No entanto, um episódio, protagonizado por Stedile na TV agrega um outro viés interpretativo mais espetacular do que político à série de ocupações.

Na edição de sábado, 27/03/04, o Jornal Nacional da Rede Globo levou ao ar uma reportagem na qual uma gravação escondida mostrava Stedile, durante uma



palestra no Mato Grosso do Sul, declarando que “abril será mês vermelho. Servidor, estudante, a turma da moradia, nós vamos infernizar. Abril vai pegar fogo”(FSP, 30/04/04). A partir dessa notícia, gradativamente o termo ‘jornada de lutas’ é substituído pela tarja ‘abril vermelho’, tanto nas reportagens quanto nas falas opositoras às ações do MST naquele momento. Tal aspecto é evidenciado pelos títulos das reportagens a partir dessa data⁹.

É evidente como a substituição de termos cumpre uma função política primordial: os sem-terra conseguem seu objetivo de visibilidade, no entanto, tal conquista não será garantia de controle dos conteúdos e dos critérios de interpretação adotados pelo campo jornalístico.

A esse respeito, Berger cita Baudrillard em sua tese de que o que “é publicado são não-acontecimentos, pois o que vale é a ação no sentido cinematográfico e não a ação da história” (BERGER, 1998, p. 145). Assim, viveríamos uma cultura de visibilidade na qual diversos grupos buscariam produzir eventos cujo objetivo específico seria o de se tornar notícia a partir de ações meramente espetaculares, desprovidas de importância histórica. Podemos perceber como exemplo desse processo as constantes ‘intervenções’ dos ‘ativistas’ do *Greenpeace*, nas quais as ações espetaculares acabam por substituir a mobilização política popular, na medida em que os ‘destinatários’ das ações são reduzidos a ‘espectadores’ do evento¹⁰.

Ao contrário do *Greenpeace* (e das ‘passeatas pela paz’), as pretensões políticas do MST são evidentes. Berger, no entanto, é feliz em perceber como mesmo o movimento “deixa transparecer em sua política de comunicação que sabe que suas reivindicações precisam da materialidade da notícia para existirem socialmente” (Idem, p. 147). A dificuldade da efetivação de tal existência midiática será, justamente, a falta de controle das interpretações produzidas a partir da efetivação das ocupações.

Duas reportagens a respeito do exemplo aqui ilustrado evidenciam tal dificuldade. No dia 17/04, a *Folha de São Paulo* atualiza mais uma vez seus números com uma reportagem intitulada “Abril vermelho registra mais invasões”:

O MST anunciou que suas ações iriam infernizar o governo neste ano, mas dados divulgados pela CPT, braço agrário da Igreja Católica, apontam que o número é levemente superior ao registrado em 2003. (...) Os números do

⁹ São exemplos disso os títulos “*Verba não suspende abril vermelho*”, de 01/04/04; “*Após promessa do MST de ‘infernizar’, presidente(...)*”, de 03/04/04 e “*Abril vermelho registra mais invasões*”, de 17/04/04.

¹⁰ Não cabe aprofundar aqui os deslocamentos semânticos promovidos por tais mobilizações. Basta apontar a substituição do termo ‘protesto’ por ‘intervenção’ e ‘militantes’ por ‘ativistas’ para percebermos o político gesto de despolitização presente em tais manifestações.



governo indicam, porém, que crescem as invasões - foram 56 no primeiro trimestre deste ano, contra 47 em 2003 (FSP, 17/04/04).

O conflito entre diferentes interpretações a respeito do número de ocupações, no entanto, desaparece do jornal mais adiante, como é constatado na reportagem de 23 de junho do mesmo ano, quando o veículo relembra o ‘agendamento’ do caso num balanço final a respeito do mês de abril de 2004:

O número de invasões de terra entre janeiro e maio deste ano avançou 115% em relação ao mesmo período do ano passado - de 99 para 213 casos. (...) A onda de ações no campo liderada pelo MST dois meses atrás, no chamado "abril vermelho", registrou 109 invasões de terra (...). A onda vermelha, de acordo com o MST, começou na última semana de março e somente terminou na primeira quinzena de maio (FSP, 23/06/04).

Diante de tal citação, podemos perceber o gesto de interpretação política realizado pelo jornal: a Folha apresenta o aumento das ocupações no mesmo momento em que atribui a autoria simbólica da ‘onda vermelha’ não mais ao gesto interpretativo da imprensa, mas ao próprio movimento¹¹. O golpe político exemplificado na reportagem é tão repetitivo e preciso que já havia forçado o MST a uma ‘reclamação pública’, divulgada em seu *site* em 14/05/2004.

Todos acompanharam pela imprensa nossa Jornada de Lutas, que acabou sendo, involuntariamente, batizada de abril vermelho. (...) O que nos choca é o comportamento da chamada ‘grande imprensa brasileira’. Transformou nossa Jornada em coisa de outro mundo. Mas nós entendemos esta posição. No Brasil cerca de 80% de todas as notícias são monopolizadas por apenas sete grandes grupos. Estes grupos defendem, a todo custo, os privilégios econômicos e políticos de uma minoria da sociedade brasileira.

Colocar-se como vítima do gesto de deslocamento semântico (das ‘jornada de lutas’ para o ‘abril vermelho’) permite ao MST evidenciar que a imprensa articula a captura da linha de fuga representada por suas ocupações. A captura simbólica da interpretação jornalística possibilita, no entanto, a irrupção de um novo revide sem-terra, capaz agora de ampliar sua crítica também ao ‘latifúndio midiático’.

4. Dos rastros de revolta às evidências de interpretação

A dupla análise permite evidenciar, ainda que de modo breve, como a *ruína discursiva* do MST deixa rastros do “trabalho político” que seria comumente dissimulado pela imprensa. Nesse sentido, cabe recorrer à leitura de Assmann por Gagnebin para aprofundarmos as características contemporâneas dos *vestígios*. A autora se refere a uma relação quase intrínseca entre a escrita e o desejo humano de memória.

¹¹ Resumiu-se aqui, por questões de espaço, uma extensa análise, desenvolvida anteriormente, em que a mudança gradativa dos termos fica ainda mais evidente.



Assim, a palavra materializada por signos visuais seria uma potente metáfora para a lembrança, entre outras razões, por inscrever-se no “fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade” (GAGNEBIN, 2006, p. 111). Com isso, Gagnebin resume de que forma a escrita foi considerada ao longo da história ocidental como o mais importante e duradouro ‘*rastro*’ que o homem foi capaz de deixar.

Assmann, no entanto, lembra como a partir do séc XVIII as certezas a respeito da ‘verdade’ mantida nesse rastro foram gradativamente postas em xeque pelo racionalismo moderno. Com isso, é possível interpretar o rastro memorável deixado pela escrita menos a partir de seu caráter intencional do que por sua natureza aleatória, tomando, paradoxalmente, mais ao pé da letra o significado usual do termo.

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por esta não intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista (...) devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e lingüísticos -, mas sim deixados ou esquecidos (Idem, *Ibidem*, p. 111).

Tal definição ampla da natureza contemporânea das possibilidades da escrita como rastro memorável se aplica como uma luva ao conceito de *ruína discursiva* em virtude de algumas razões que precisam ser evidenciadas. Em primeiro lugar, sua ‘presença-ausente’ se assemelha tanto ao caráter transitório da ruptura de sentidos provocada, nos jornais e na terra, pela ação sem-terra, como à natureza temporal ambígua da ruína, como o entre-espaço no qual o ‘ainda-não’ e o ‘não-mais’ conviveriam em paz (SIMMEL, 1998).

Trata-se da mesma ‘presença na ausência’, portanto, mencionada por Huysen (2006) ao evidenciar o paradoxo de que, no corpo mesmo da ‘utopia de revés’ da ruína, o passado se encontra tão presente em seus resíduos (rastros?) quanto já não mais acessível porque decadente. Essa relação entre tempo e memória é abordada por Simmel com ainda outro aspecto: a constatação de que a ruína “é o sítio da vida, do qual a vida se separou” (SIMMEL, 1998, p. 143). Para o sociólogo, os fragmentos emaranhados na ‘nova totalidade’ da ruína preservam, num presente imediatamente visível, vestígios do passado, não como representações simbólicas, mas como elementos concretos que garantiriam às ruínas a mesma sedução que as antiguidades, já que “a ruína cria a forma



presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal” (Idem, *Ibidem*, p. 144).

Dessa forma, transportar a capacidade aparente de ‘presentificar o passado’ para o nosso conceito de *ruína discursiva* é fundamental. De modo análogo, a *ruína discursiva* permite ainda a materialização dos sentidos propostos pelos sem-terra a partir dos rastros de sua ação nas entrelinhas do texto.

O segundo aspecto que a definição de rastro nos permite relacionar ao nosso conceito é o fato da tentativa de visibilidade do MST não precisar ter a intenção explícita de transformar-se em ruína ou de ‘comunicar’ o gesto de silenciamento que se segue. Nos moldes do conselho deleuziano de ‘não-informar’, a tática aqui analisada atinge sua potência máxima não por materializar no jornal seu contra-discurso, mas por ser capaz de interromper a normalidade do fluxo informativo hegemônico cuja homogeneização de sentidos fora sempre produzida de modo invisível.

Em resumo, a *ruína discursiva* cristaliza um embate desigual entre duas forças, ainda assim, não eliminadas de todo. Esse espaço de conflito, no entanto, estabelece uma ruptura com a existência anterior, constituindo-se, portanto, nas bases para um novo começo, não vinculado ao passado, capaz de fazer-se irromper em um devir revolucionário. Ainda assim, e contraditoriamente, a ruína discursiva traz, em si, o gesto de converter-se em elemento memorável na medida em que presentifica o passado naquilo que ele já deixou de ser.

5. Da mídia hegemônica *arruinada* à emergência das mídias alternativas

A presente análise deve ser transposta ao atual cenário no qual a emergência de novas tecnologias remodela o espaço de confronto pelo domínio dos meios de comunicação. No momento em que novas formas de difusão e compartilhamento de conteúdos noticiosos nos fazem acreditar em modos mais democráticos de articular audiências é necessário focar as análises também nas complexas relações que podem se estabelecer entre as mídias ditas tradicionais (e hegemônicas) e as novas possibilidades contestatórias das mídias alternativas e/ou independentes.

Defende-se, aqui, que é possível a invenção de revides criativos capazes de estabelecer a emergência de outras visões de mundo, outras interpretações dos acontecimentos e possibilidades mais justas de futuro. Assim, a *ruína discursiva* do MST, na carne do texto jornalístico, cicatriza o trabalho da imprensa que até então conseguia sua eficiência discursiva justamente pelo fato de permanecer dissimulado.



Tal ruptura discursiva é uma arma ainda mais pungente na medida em que permite a construção de novos espaços de administração de informações: o das mídias alternativas e independentes. Nesse cenário, a legitimação ‘temática’ desses ‘novos veículos’ será realçada pela mesma constatação dos direcionamentos de sentido efetuados pela mídia hegemônica e postos em destaque pela *ruína discursiva*.

Cabe, portanto, como desdobramento dessa pesquisa, uma investigação a respeito da relação entre a potência de *ruína discursiva* exercida como arma política contra o jornalismo hegemônico e a emergência contemporânea de diversas experiências de veículos alternativos. Diante da impossível objetividade, tais veículos tidos como ‘engajados’, são capazes de transformar a cobertura tradicional “defeituosa” em pauta inicial para suas ‘coberturas outras’.

O debate teórico-filosófico aqui iniciado permite defender a conclusão de que a capacidade sem-terra de plantar ruínas no texto jornalístico não é simplesmente uma forma de semear escombros. Talvez seja mais um modo de escancarar os gestos da guilhotina do que oferecer a própria cabeça em holocausto.

Referências bibliográficas

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.2**. São Paulo: Editora 34, 1997a.

DELEUZE, Gilles. **O Ato de Criação**, in Folha de São Paulo Caderno Mais, 27/06/99, p. 5-5.

FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GIL, José. **Portugal hoje: o medo de existir**. Lisboa: Relógio d’água, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. “**Nostalgia for ruins**”, in Grey Room, 23, pgs. 6-21 (Spring, 2006). New York: Columbia University, 2006.

MENDONÇA, Kleber. **Ruínas Discursivas: a ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade**. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFF, 2007.

_____. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2002.



NORA, Pierre. “**Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**”. In: Revista Projeto História, nº 10, São Paulo: PUC-SP, 1993.

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. In Estudos Históricos, vol.2 nº 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

_____. “**Memória e identidade social**”. In. Estudos Históricos, vol. 5, nº10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.

SIMMEL, Georg. “**A ruína**”, in SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold (org). Simmel e a modernidade. Brasília: Ed. Unb, 1998.

TUCHMAN, Gaye. “**A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**”. In TRAQUINA, Néelson (org.) Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’. Lisboa: Veja, 1993.